

O longo título desta dissertação já demonstra o que o autor do trabalho pretendeu realizar. É um verdadeiro resumo: a construção de uma barragem para a produção de energia elétrica e as conseqüências para o território abrangido e as populações ali existentes.

Na introdução o Autor coloca "O aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Paraná consolida uma política de exploração energética de recursos hídricos marcada pelo absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial do planejamento do sistema de geração de eletricidade"

A lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixa dúvidas: trata-se de explorar recursos naturais e os espaços para a produção de eletricidade, uma necessidade básica do mundo moderno que requer cada vez mais energia e assim o Estado vai sendo compelido a utilizar todas as áreas possíveis. As populações existentes e que devem abandonar o território são apenas obstáculos. As questões sociais e ambientais são vistas em termos de custo mas nada deve impedir o empreendimento porque o país tem "fome" de energia Não se pode impedir o avanço da modernidade e aí se colocam os problemas. Mas e a área atingida pela inundação do reservatório com sua fauna, flora e acima de tudo as populações que ali vivem e trabalham? Sabe-se que as empresas envolvidas no empreendimento devem cuidar das questões sociais e ambientais Mas fazem-no a contento de modo a minimizar os impactos causados notadamente às populações que, em regra, ficam excluídas dos benefícios advindos? A resposta a esta questão é a razão desta dissertação.

Para a realização do estudo o Autor se coloca, ele mesmo, como envolvido no processo na medida em que abraça completamente a causa das populações mais pobres atingida e acaba por discutir e denunciar o discurso sócio-ambientalista do setor elétrico, pleno de contradições.

Diga-se, de passagem, que o período da realização desta dissertação coincide com os momentos mais críticos das negociações entre moradores, governo de Mato Grosso do Sul e CESP mas, até este momento, maio de 1998, as águas ainda não haviam atingido o Porto XV de Novembro.

Neste trabalho o Autor procurou seguir metodologia que se pode colocar como abordagem empírico analítica e, a partir daí, com amplo conhecimento do tema baseado em vivência do seu cotidiano enquanto membro da secretaria de estado do MS que cuida dos problemas ambientais, e dos referenciais teóricos colhidos em vasta bibliografia, realiza a crítica dialética com pesquisa e ação participativa.

A dissertação com 155 páginas tamanho A4 consta de uma introdução, 3 capítulos e considerações finais e é ilustrada com vários cartogramas e fotografias.

Na introdução o Autor procura localizar a área de estudo, faz breve relato sobre a construção da usina de Porto Primavera no Rio Paraná cujo reservatório ocupará área de 2250 Km² e que teve início em 1980. A área habitada de interesse imediato do autor, Porto XV de Novembro, é um antigo porto pesqueiro situado na margem sulmatogrossense do Rio Paraná, na foz do Rio Pardo, tendo em frente, do lado paulista, a cidade de Presidente Epitácio. A efetiva ocupação da área de Porto XV concretizou-se quando da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana em Presidente Epitácio em 1922 e, assim, além de porto pesqueiro, Porto XV transformou-se também numa área de passagem, via balsa, de São Paulo para Mato Grosso do Sul. A construção da ponte Maurício Joppert já representou problema porque trouxe como conseqüência local a desativação do então importante porto. O distrito de Porto XV tinha em 1990, quando do início das pendências, cerca de 1 200 moradores. Além da pesca, desenvolviam-se também atividades oleiro-ceramistas e extração de areia que abastecia, principalmente, cidades paulistas das proximidades e ao longo das estradas regionais.

No capítulo 1 o Autor aborda o setor elétrico brasileiro e a questão ambiental na bacia do Rio Paraná, realizando breve histórico do aproveitamento das quedas d'água e barragens para a geração de energia elétrica. Mostra ele a tramitação legal e as licenças que o setor elétrico deve obter dos órgãos públicos para a construção de usinas e reservatórios. Mas estas licenças são sempre concedidas em face da argumentação desenvolvimentista que dita as normas para a ocupação do espaço. Que importa se alguns milhares de pessoas são prejudicados, se parte da natureza é agredida, degradada se haverá benefícios para milhões?

Por volta de 1974 estudos realizados concluem pela viabilidade da construção da usina Primavera como das melhores opções oferecidas pelas condições naturais e em 1980 teve início a construção.

Chama a atenção o Autor para o fato de que as atividades pesqueiras em Porto XV já estavam prejudicadas há tempo, desde a construção das barragens de Jupia e Ilha Solteira a montante. Desse modo, a construção da usina de Porto Primavera e o seu reservatório atingindo em cheio a área significa o fim deste Porto XV e de todas as suas atividades. Interessante observar que o governo de MS não se deu conta, por muito tempo, que os maiores impactos decorrentes da construção se dariam no território sulmatogrossense cujas margens são mais baixas que as margens paulistas e que o espelho d'água cobriria extensas áreas de planícies aluviais num total de 230 000 ha.

Foi só a partir de 1986 que tímidas ações do governo de MS são realizadas visando a elaboração de um diagnóstico sobre os efeitos ambientais advindos da construção de modo a definir algumas medidas mitigatórias e compensatórias. Uma comissão especial para estudar o assunto, entretanto só viria a ser criada em 1991.

A ponte que liga S. Paulo a MS - Maurício Joppert, com 2 500 metros - não permitirá a passagem das embarcações projetadas para a navegação na Hidrovia Tietê-Paraná, por isso a Cesp - estatal responsável pela construção da usina de Porto Primavera - começou a realizar obras no lado mato-grossense, onde será construído um canal no prolongamento da ponte para permitir a navegação e um aterro de 10Km. na BR267, pois nesse trecho, que atravessa a planície, o nível do reservatório estará cerca de 3 metros acima do leito atual da estrada. O início destas obras bem ao lado do porto, que será totalmente inundado, fez com que a população se organizasse mais fortemente na busca de soluções que permitissem a continuidade das atividades e de nova moradia.

No capítulo 2 o Autor analisa o processo de implantação da usina e seus reflexos ambientais em Porto XV de Novembro. Ao longo do capítulo descreve as atividades dos moradores pescadores e das espécies de peixes mais comuns. Aqui ele se revela um arguto observador, fazendo análises e chegando a conclusões interessantes a partir das entrevistas realizadas. Algumas destas entrevistas constam no anexo quando o Autor teve o cuidado de manter o linguajar característico do homem simples e onde se nota toda a preocupação e angústia frente aos tempos que estão por chegar.

O Autor, biólogo de formação, apresenta também, neste capítulo, minuciosa análise sobre o comportamento das diversas espécies de peixes e destaca que a diminuição da velocidade da água represada deverá atuar seletivamente sobre os peixes migradores inclusive porque eles não terão condições de vencer barragem e assim deverá haver mudanças radicais nas espécies de peixes afetando também a atividade dos pescadores.

No capítulo 3 a análise se faz com vistas à reordenação a ser imposta nas atividades de pesca e nos modos de vida dos pescadores. Aqui aparece com mais destaque a luta dos pescadores agora mais organizados e recebendo apoio do governo de MS na busca de compensações e de reorganização do modo de viver.

Atendendo aos reclamos e de acordo com sua política de reassentamento a Cesp construiu um núcleo urbano a 12 km do atual e onde chegarão as águas do reservatório. É a nova Porto XV com aspecto moderno mas que não resolve os problemas. A nova "cidade" foi construída nos moldes de um conjunto habitacional desprovida de maiores espaços para a horta, o pomar e o criatório de galinhas e porcos, tudo para o consumo doméstico e como complemento das atividades de pesca. Os moradores não ficam satisfeitos e as negociações continuam. A Cesp procura minimizar o problema. Além da moradia agora a empresa faz oferta de indenização, porém o valor é considerado irrisório. Pensa-se, inclusive, na aquisição de uma área perto da Nova Porto XV, onde os moradores poderiam realizar atividades agrícolas. Mas a idéia não vingou por causa das condições que seriam impostas e agora os moradores partem para o confronto e chegam a interditar BR 267 (a estrada que liga S.Paulo ao Mato Grosso do Sul). São longas e penosas as rodadas de negociações e a Cesp cede em alguns pontos mas ainda julgados insatisfatórios.

Destaca-se aqui a mobilização dos moradores e o Autor afirma que, se alguma coisa se ganhou, deve-se à luta da comunidade local que acaba por formar o embrião de uma organização política que se antepõe às decisões do Estado e do capital.

A título de exemplos e analogias o Autor faz breve relato da luta empreendida por outras comunidades, no país, em empreendimentos semelhantes. Observa que, por mais que consigam os moradores, é muito grande o sentimento de perda. Mas que eles têm consciência de que a construção dessas usinas significa progresso e geração de empregos para muita gente mas que o custo para eles é muito alto e comenta o Autor: "A desnaturalização" do modo de viver implica na desestruturação das articulações espaço-temporais e nas relações sociais em consequência dos fatos em curso, provocados pela construção da hidrelétrica. A essas pessoas só resta uma super-valorização do passado e a consciência das grandes

mudanças que lhe serão impostas. Serão desalojados de seus lares e impedidas de trabalhar, em consequência do modo autoritário como o Estado impôs a construção da hidrelétrica”.

Nas considerações finais, que o Autor subtítula de "expectativa e perspectiva à guisa de conclusão enquanto as águas não chegam", ele realiza verdadeira reflexão geográfica e mais se firma e confirma seu título de Mestre em Geografia. Discute o problema do espaço e sua apropriação pela força do capital e dos reflexos perturbadores para o ambiente e comunidades preexistentes.

Defendem alguns autores que a terra pertence àqueles que dela se apropriam em primeiro lugar. Será realmente assim? Os exemplos vistos através da história desmentem esta assertiva.

O Autor finaliza seu estudo dizendo: "No vasto material documental do Setor Elétrico, verificamos também que esse setor promoveu a sua ecologização sob o ponto de vista técnico. Porém, as populações atingidas continuam sendo concebidas como um obstáculo, uma restrição a ser vencida, no processo contínuo de apropriação do território e controle dos recursos"... e "conclui que a questão das hidrelétricas, ecologia, população e progresso, parece estar apenas começando".

E enquanto as águas não chegam, os moradores de Porto XV de Novembro vivem a angústia, a incerteza, a insatisfação, a amargura e pouca esperança no futuro. E eles "vão deixar para trás toda aquela terra para ser afogada pelas águas do reservatório da hidrelétrica significando perder o trabalho nela investido, que muitas vezes, representou toda uma vida delineada num projeto existencial realizado".

Esta dissertação constitui boa contribuição ao conhecimento da luta dos "pequenos" frente aos "grandes" na ânsia pela sobrevivência e justifica plenamente o título e o grau Distinção e Louvor obtidos pelo Autor Ms. Humberto Cardoso Gonçalves.